

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026**

### **CONTRATANTE (UASG)**

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (925401)

### **OBJETO**

Contratação de empresa para prestação de serviços de emissão de Certificado Digital padrão ICP-Brasil A3 para pessoa física (e-CPF) e pessoa jurídica (e-CNPJ) em mídia de Cartão Inteligente (Smart Card) para armazenamento de certificados digitais, Certificado Digital padrão ICP-Brasil A1 para pessoa física (e-CPF) e pessoa jurídica (e-CNPJ), Certificado Digital tipo SSL Wildcard, Cartão Inteligente para certificado digital padrão ICP-Brasil e Certificado Digital em nuvem A3 e-CPF, com prestação de serviços de visitas presenciais, *in loco*, de videoconferência, ou presencial, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

### **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 216.062,96 (duzentos e dezesseis mil, sessenta e dois reais e noventa e seis centavos)

### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 03/07/2026 às 14h (horário de Brasília)

### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

Menor preço

### **MODO DE DISPUTA**

Aberto

### **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

Não

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO.....	12
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	14
8. DOS RECURSOS .....	16
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	17
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	21
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	21

**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026**

**Processo Administrativo nº 00042666.2026.246.0.00000.0000 – 04349/26**

Torna-se público que o TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS – TCMGO realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa para prestação de serviços de emissão de Certificados Digitais padrão ICP-Brasil A3 para pessoa física (e-CPF) e pessoa jurídica (e-CNPJ) em mídia de Cartão Inteligente (Smart Card) para armazenamento de certificados digitais, Certificados Digitais padrão ICP-Brasil A1 para pessoa física (e-CPF) e pessoa jurídica (e-CNPJ), Certificado Digital tipo SSL Wildcard, Cartão Inteligente para certificado digital padrão ICP-Brasil e Certificado Digital em nuvem A3 e-CPF, com prestação de serviços de visitas presenciais, *in loco*, de videoconferência, ou presencial, na sede da CONTRATADA, para emissão dos certificados, sob demanda da CONTRATANTE, de acordo com especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência.

**1.2.** A licitação será realizada por grupo e item.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

Página 3 de 77

**2.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006.

**2.6.** Não poderão disputar esta licitação:

**2.6.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

**2.6.2.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

**2.6.3.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste Tribunal de Contas ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**2.6.4.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

**2.6.5.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de

trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.6.6.** Agente público do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás;

**2.6.7.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público deste Tribunal de Contas, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.7.** O impedimento de que trata o item 3.6.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.8.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**2.9.** A vedação de que trata o item 2.6.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe e apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**3.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.3.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.3.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.3.3.** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.3.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**3.6.** A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.7.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.8.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.9.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.10.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.11.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1.** Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

**4.1.2.** Marca;

**4.1.3.** Fabricante;

**4.1.4.** Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

**4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.2.1.** O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação.

**4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.5.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.5.1.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**4.5.2.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos quando participarem de licitações públicas.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**5.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

**5.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



**5.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10 (dez centavos), no tempo mínimo de 1 (um) segundo.

**5.9.** O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**5.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**5.11.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**5.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**5.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**5.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**5.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**5.12.** Após o término do prazo estabelecido no subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.18.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**5.18.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.18.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.18.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.18.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.19.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.19.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**5.19.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**5.19.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**5.19.1.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**5.19.1.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**5.19.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**5.19.2.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**5.19.2.2.** Empresas brasileiras;

**5.19.2.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**5.19.2.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**5.20.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.20.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.20.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.20.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.20.4.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.20.5.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.21.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

**6.2.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.5 deste edital.

**6.3.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**6.4.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**6.4.1.** Contiver vícios insanáveis;

**6.4.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**6.4.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.4.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.4.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.5.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**6.5.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**6.5.1.1.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**6.5.1.2.** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**6.6.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.7.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar

Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.8.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

**6.8.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**6.8.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.9.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.10.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**6.11.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**6.12.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.2.** Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico e, excepcionalmente, por e-mail (comissão.contratacao@tcmgo.tc.br) quando não for possível fazê-lo via sistema eletrônico.

**7.3.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**7.4.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**7.5.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.5.1.** Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**7.5.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

**7.6.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**7.6.1.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**7.7.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

**7.7.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**7.7.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**7.8.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.9.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.5.1.

**7.10.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**7.11.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

**7.12.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8. DOS RECURSOS**

**8.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**8.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:



**8.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**8.3.2.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**8.3.3.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**8.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**8.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**8.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**8.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**9.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**9.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**9.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**9.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**9.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**9.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

**9.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra;

**9.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**9.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**9.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**9.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

**9.1.5.** Fraudar a licitação.

**9.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**9.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**9.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**9.1.6.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**9.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

**9.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**9.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**9.2.1.** Advertência;

**9.2.2.** Multa;

**9.2.3.** Impedimento de licitar e contratar;

**9.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**9.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**9.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.

**9.3.2.** As peculiaridades do caso concreto.

**9.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

**9.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

**9.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**9.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

**9.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**9.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**9.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**9.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**9.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**9.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5,

9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**9.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

**9.10.** A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**9.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**9.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**10.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**10.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**10.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no e-mail: [comissao.contratacao@tcmgo.tc.br](mailto:comissao.contratacao@tcmgo.tc.br)

**10.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**10.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**10.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**11.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**11.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**11.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**11.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**11.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**11.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**11.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**11.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**11.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**11.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.tcmgo.tc.br/site/transparencia/licitacoes/>.

**11.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**11.11.1.** ANEXO I - Termo de Referência;

**11.11.1.1.** Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

**11.11.2.** ANEXO II – Termo de Compromisso às Normas de Segurança Vigentes no TCMGO;

**11.11.3.** ANEXO III – Minuta de Contrato;

**11.11.4.** ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preços.

Goiânia, 17 de junho de 2026.

Vinícius Bernardes Carvalho  
Pregoeiro

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00042666.2026.246.0.00000.0000 – 04349/26**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1.** O objeto da Contratação de empresa especializada para fornecimento de certificados digitais, nos termos das tabelas abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 01						
ITEM	QTDE TOTAL	QTDE AQUISIÇÃO IMEDIATA	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	Preço Unit.	Valor Total
1	5	1	30274	Certificado digital <b>SSL Wildcard</b> , na forma de arquivo, do tipo <b>A1</b> , com validade de 2 anos e reconhecido pelos principais navegadores do mercado	R\$ 2.078,58	R\$ 10.392,88
2	800	100	27189	Certificado digital <b>e-CPF</b> na forma de cartão inteligente, do tipo <b>A3</b> , com validade de 3 anos e da cadeia ICP Brasil	R\$ 182,41	R\$ 145.926,80
3	20	1	27197	Certificado digital <b>e-CNPJ</b> na forma de cartão inteligente, do tipo <b>A3</b> , com validade de 3 anos e da cadeia ICP Brasil	R\$ 174,30	R\$ 3.486,10
4	90	15	27146	Certificado digital <b>e-CPF</b> na forma de arquivo, do tipo <b>A1</b> , com validade de 1 ano e da cadeia ICP Brasil	R\$ 101,97	R\$ 9.177,17
5	20	2	27162	Certificado digital <b>e-CNPJ</b> na forma de arquivo, do tipo <b>A1</b> , com validade de 1 ano e da cadeia ICP Brasil	R\$ 199,31	R\$ 3.986,21
6	820	115	631076	Cartão Inteligente para certificado digital, padrão ICP-BRASIL.	R\$ 42,09	R\$ 34.513,80
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 207.482,96</b>

ITEM 07						
ITEM	QTDE TOTAL	QTDE AQUISIÇÃO IMEDIATA	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	Preço Unit.	Valor Total
7	60	30	27219	Certificado Digital em Nuvem A3 e-CPF	R\$ 143,00	R\$ 8.580,00
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 8.580,00</b>

**1.2.** Os objetos da contratação são caracterizados como comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por envolver bens e/ou serviços usuais no mercado, com especificações padronizadas e desempenho objetivamente definido.

**1.3.** A contratação será formalizada com previsão de vigência de 12 (doze) meses.

**1.3.1.** Ressalta-se que, desde que preservadas a vantajosidade e as condições inicialmente pactuadas, a Administração poderá promover a prorrogação contratual, com o objetivo de assegurar a continuidade da contratação, otimizar recursos públicos e evitar os custos e a necessidade de instauração de novo processo licitatório.

**1.4.** O contrato resultante desta contratação conterá cláusulas que disciplinam, de forma detalhada, as regras aplicáveis à sua vigência, prorrogação e eventual repactuação, observando-se as disposições legais e regulamentares vigentes.

**1.5.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**1.6.** Em caso de conflito entre a descrição dos itens constantes do catálogo do Governo Federal (CATMAT/CATSER) e as especificações deste Termo de Referência, prevalecerá a descrição constante neste documento, conforme permitido pela legislação aplicável.

**1.7.** Opção de contratação por meio da realização de procedimento de pregão, na forma eletrônica, com fundamentos na hipótese do art. 29 da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por grupo, sendo garantida a padronização, qualidade e economia dos recursos públicos.



## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A presente contratação tem por finalidade assegurar a autenticidade, integridade, confidencialidade e validade jurídica das transações eletrônicas realizadas no âmbito do TCMGO, bem como garantir a adequada identificação digital de seus representantes institucionais e sistemas informatizados.

**2.2.** A transformação digital dos processos administrativos, a ampliação da tramitação eletrônica de documentos, a integração com sistemas externos de órgãos de controle e fiscalização, além da utilização de serviços eletrônicos da Administração Pública e de instituições financeiras, exigem a utilização de certificados digitais emitidos por Autoridades Certificadoras integrantes da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, instituída pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-BRASIL).

**2.3.** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme DFD nº 094/2025 – SERVIÇOS DE EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

**3.1.** Certificado descrição detalhada da solução encontra-se apresentada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que integra este Termo de Referência como apêndice.

## **4. REQUISITO DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**4.1.1.** A vedação de subcontratação do objeto é imperativa e fundamentada na natureza específica da contratação.

**4.1.2.** A proibição da subcontratação visa:

- a)** Garantir a rastreabilidade e a integralidade da responsabilidade perante o TCMGO, assegurando que o fornecedor adjudicatário responda

integralmente pelos serviços contratados, evitando a diluição da responsabilidade.

- b)** Manter a conformidade com os requisitos de segurança no tratamento de dados dos usuários, mitigando riscos de acesso e uso indevido.
- c)** Assegurar que o objeto contratual, essencial para a continuidade operacional, seja executado e entregue diretamente por parte da empresa que demonstrou a qualificação técnica exigida.

**4.1.3.** Autoridades de Registro (ARs) credenciadas e vinculadas à cadeia da Autoridade Certificadora (AC) contratada não configura subcontratação, mas sim a própria estrutura operacional da contratada exigida pela ICP-Brasil.

**4.2.** Sim, haverá exigência de garantia da contratação, de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.2.1.** O prazo de garantia dos objetos corresponderá ao período de validade dos respectivos certificados, contado a partir da data do Recebimento Definitivo formalizado pela CONTRATANTE.

**4.3.** Para fins de comprovação da qualificação técnica, a licitante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado ou declaração emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento satisfatório de objeto compatível com o item ou grupo licitado.

**4.3.1.** O atestado ou declaração deverá conter, obrigatoriamente:

- a)** O nome da empresa ou órgão contratante;
- b)** O nome do responsável pela emissão;
- c)** O contato do responsável, contendo e-mail e/ou telefone.

**4.3.2.** Serão aceitos um ou mais atestados, desde que, em conjunto, comprovem o atendimento a, no mínimo, 30% (trinta por cento) do quantitativo total de cada grupo, independentemente de distinção entre os itens.

**4.3.3.** Considera-se objeto compatível aquele que compreenda o fornecimento de certificados digitais e respectivos dispositivos, destinados à

identificação, autenticação e assinatura digital de usuários e sistemas, com características técnicas equivalentes ou superiores às especificadas neste instrumento e seus apêndices.

**4.4.** Caso houver diferente responsável por assinatura do Contrato gerado por esta contratação, enviar documentação pertinente do responsável.

**4.5.** O Contrato bem como sua execução observará a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com cumprimento das normas e das boas práticas de governança de dados.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1.** Do fluxo de Demanda e Ordem de Serviço:

**5.1.1.** A emissão dos certificados ocorrerá sob demanda, mediante o envio de Ordem de Serviço (O.S.) eletrônica pelo TCMGO à CONTRATADA.

**a)** A CONTRATADA deverá confirmar o recebimento da O.S. em até 24 (vinte e quatro) horas corridas.

**5.2.** Dos níveis de Serviço (SLA) e prazos:

**5.2.1.** Para garantir a continuidade operacional, a CONTRATADA deverá observar os seguintes prazos máximos, contados a partir da confirmação da O.S:

**a)** Recebimento de Ordens de Serviço: em até 24 (vinte e quatro) horas corridas contadas do envio da O.S.;

**b)** Agendamentos: em até 3 (três) dias úteis contados a partir do recebimento da O.S. pela CONTRATADA;

**c)** Emissão/ Validação dos certificados: em até 4 (quatro) horas úteis após a validação biométrica/documental;

**d)** Entrega de mídias físicas: em até 5 (cinco) dias úteis na sede do TCMGO.

**5.3.** Das modalidades de emissão e atendimento:

**5.3.1.** A emissão dar-se-á, preferencialmente, de forma remota por videoconferência;

- 5.3.2.** Na impossibilidade técnica de validação remota (falha biométrica ou normativa da ICP-Brasil), a emissão será presencial;
- 5.3.3.** Para as emissões presenciais, a CONTRATADA deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato, unidade própria ou credenciada localizada na região metropolitana de Goiânia/GO, sede do TCMGO.
- 5.4.** Da estrutura operacional:
- 5.4.1.** Para fins de cumprimento da vedação de subcontratação prevista no Item 4.1 deste TR, não será considerada subcontratação a utilização de Autoridades de Registro (ARs) devidamente credenciadas e vinculadas à cadeia da Autoridade Certificadora (AC) da licitante vencedora;
- 5.4.2.** A CONTRATADA permanece integralmente responsável, perante o TCMGO, pela qualidade técnica e segurança dos dados tratados por suas ARs vinculadas.
- 5.5.** Da logística e encargos:
- 5.5.1.** O fornecimento de mídias físicas engloba todos os custos de logística, frete e entrega prioritária na sede do TCMGO;
- 5.5.2.** A opção entre emissão remota ou presencial constitui prerrogativa da Administração e não gerará custos adicionais ou taxas para a CONTRATANTE.
- 5.6.** Do suporte e revogação:
- 5.6.1.** A CONTRATADA deverá manter canal de suporte técnico em dias úteis, das 09h às 18h;
- 5.6.2.** Pedidos de revogação de certificados por perda ou comprometimento de chave devem ser processados em até 2 (duas) horas após a solicitação pela CONTRATANTE.
- 5.7.** Dos protocolos e relatórios:
- 5.7.1.** Para cada atendimento, deverá ser gerado um número de protocolo único para rastreabilidade;

**5.7.2.** Mensalmente, ou quando solicitado, a contratada apresentará relatório contendo: Nome, CPF, e-mail, data de emissão e data de vencimento de cada certificado emitido no período.

**5.7.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**5.8.** Na contagem dos prazos previstos neste documento, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis e de expediente no TCMGO.

**5.9.** Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficarão a critério do CONTRATANTE.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**6.3.1.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**6.3.2.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**6.4.** A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

**6.5.** A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

**6.6.** Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**6.6.1.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

**6.7.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.8.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.9.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

**6.9.1.** Na contagem dos prazos previstos neste documento, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis e de expediente no TCMGO.

**6.10.** Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

**6.11.** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

**6.12.** O índice de reajuste a ser adotado deverá ser o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou por outro indicador que venha substituí-lo, na data de aniversário da assinatura do Contrato.

**6.13.** O Contrato bem como sua execução observará a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com cumprimento das normas e das boas práticas de governança de dados.

**6.14.** O Contrato iniciar-se-á imediatamente após a habilitação do Pregão Eletrônico.

**6.15.** Vigência e Data de Início – O Contrato decorrente deste Pregão terá vigência de 12 (doze) meses.

**6.15.1.** Prorrogação - O contrato poderá ser prorrogado, em conformidade com o artigo 105 e seguintes da Lei N° 14.133 de 2021, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosas para a Administração.

**6.16.** O Contrato bem como sua execução observará a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com cumprimento das normas e das boas práticas de governança de dados.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**7.1.** Franquear o acesso dos representantes da CONTRATADA às instalações e infraestrutura de tecnologia da informação da CONTRATANTE, quando for necessário à execução dos serviços contratados;

**7.2.** Promover os pagamentos em moeda corrente nacional mediante depósito na conta bancária indicada pela Contratada, após o ateste da nota fiscal;

**7.3.** Proporcionar os recursos técnicos e físicos necessários que lhe couberem para que a empresa CONTRATADA possa executar os serviços conforme as especificações detalhadas no edital;

**7.4.** Levar ao conhecimento da CONTRATADA, por escrito, todo e qualquer fato que atrapalhe ou impeça a execução do serviço, bem como imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

**7.5.** Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

**7.6.** Aplicar penalidades à CONTRATADA, por descumprimento contratual.

**7.7.** Exigir o afastamento e/ou substituição, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, de qualquer empregado da CONTRATADA que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização ou que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe forem designadas.

**7.8.** Fornecer à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o bom desenvolvimento dos serviços.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**8.1.** O Contrato bem como sua execução observará a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com cumprimento das normas e das boas práticas de governança de dados;

**8.1.1.** A CONTRATADA deverá respeitar a classificação das informações produzidas ou custodiadas pelo Tribunal que vier a ter acesso por necessidade do serviço. Para isso, a CONTRATADA e os profissionais da CONTRATADA deverão assinar o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Respeito às Normas de Segurança vigentes no TCMGO de acordo com o modelo indicado no ANEXO II-H.

**8.2.** Manter, durante toda a execução do contrato deste objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso da vigência do contrato, algum documento perder a validade;

**8.3.** Comunicar ao TCMGO, por escrito, qualquer anormalidade verificada na entrega dos componentes e prestar ao Órgão os devidos esclarecimentos, sempre que solicitado;

**8.4.** Prestar todas as informações solicitadas pelo TCMGO com referência ao objeto adquirido, quando necessário;



**8.5.** Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações do TCMGO, observando sempre os critérios de qualidade e boas práticas recomendadas pelo fabricante para implantação e configuração dos produtos objeto deste Termo de Referência e seus anexos;

**8.6.** Zelar, através de seus colaboradores/representantes, pelo sigilo de toda e qualquer informação referente à infraestrutura de hardware e software, sistemas, dados hospedados em algum dispositivo de armazenamento, usuários, contribuintes, topologia, configurações, políticas de segurança e ao modo de funcionamento e tratamento das informações do TCMGO, durante a vigência do contrato, bem como após o seu término, salvo quando houver autorização expressa do TCMGO para divulgação;

**8.7.** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

**8.8.** Fornecer todos os documentos necessários (ex.: especificações técnicas, planilhas, diagramas de arquitetura, cronogramas etc.) em forma eletrônica e em formato compatível com as principais ferramentas Microsoft, tais como Word e Excel;

**8.9.** Prestar suporte técnico ao time de TI do TCMGO para esclarecimentos de dúvidas, resolução de problemas técnicos e acompanhamento dos chamados;

**8.10.** Preposto:

**8.10.1.** No prazo de 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá indicar, mediante declaração, um preposto, aceito pela fiscalização para representá-la administrativamente durante o período de vigência do contrato, sempre que for necessário;

**a)** Na declaração deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

**8.10.2.** O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados e demais assuntos relativos à execução contratual;

**8.10.3.** A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do TCMGO, inclusive quanto ao cumprimento dos normativos internos.

**8.11.** Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação, qualificação e capacidade de operação apresentadas na licitação e assinatura do instrumento;

**8.12.** Manter, sem qualquer ônus adicional, estoque mínimo de materiais de consumo que impeça a interrupção dos serviços;

**8.13.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços a que se obriga.

**8.14.** Facilitar o acesso a equipamentos, insumos, instalações e informações necessários para a execução dos serviços contratados.

## 9. ESTIMATIVA DE PREÇOS

### 9.1. Grupo 01

GRUPO 01						
ITEM	QTDE TOTAL	QTDE AQUISIÇÃO IMEDIATA	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	Preço Unit.	Valor Total
1	5	1	30274	Certificado digital <b>SSL Wildcard</b> , na forma de arquivo, do tipo <b>A1</b> , com validade de 2 anos e reconhecido pelos principais navegadores do mercado	R\$ 2.078,58	R\$ 10.392,88
2	800	100	27189	Certificado digital <b>e-CPF</b> na forma de cartão inteligente, do tipo <b>A3</b> , com validade de 3 anos e da cadeia ICP Brasil	R\$ 182,41	R\$ 145.926,80
3	20	1	27197	Certificado digital <b>e-CNPJ</b> na forma de cartão inteligente, do tipo <b>A3</b> , com validade de 3 anos e da cadeia ICP Brasil	R\$ 174,30	R\$ 3.486,10
4	90	15	27146	Certificado digital <b>e-CPF</b> na forma de arquivo, do tipo <b>A1</b> , com validade de 1 ano e da cadeia ICP Brasil	R\$ 101,97	R\$ 9.177,17
5	20	2	27162	Certificado digital <b>e-CNPJ</b> na forma de arquivo, do tipo <b>A1</b> , com validade de 1 ano e da cadeia ICP Brasil	R\$ 199,31	R\$ 3.986,21

6	820	115	631076	Cartão Inteligente para certificado digital, padrão ICP-BRASIL.	R\$ 42,09	R\$ 34.513,80
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 207.482,96</b>

**9.1.1.** Conforme demonstrado nos Estudos Técnicos Preliminares, o valor total estimado para o GRUPO 01 é de R\$ 207.482,96 (duzentos e sete mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e noventa e seis centavos), considerando os quantitativos e especificações definidos para atendimento da demanda institucional.

**9.1.2.** Os valores apresentados correspondem à média dos valores levantados para cada item do Grupo 01.

## 9.2. Item 07

ITEM 07						
ITEM	QTDE TOTAL	QTDE AQUISIÇÃO IMEDIATA	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	Preço Unit.	Valor Total
7	60	30	27219	Certificado Digital em Nuvem A3 e-CPF	R\$ 143,00	R\$ 8.580,00
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 8.580,00</b>

**9.3.** Conforme demonstrado nos Estudos Técnicos Preliminares, o valor total estimado para o ITEM 07 é de R\$ 8.580,00 (oito mil, quinhentos e oitenta reais), considerando os quantitativos e especificações definidos para atendimento da demanda institucional.

**9.4.** O valor apresentado corresponde à média dos valores levantados para este item.

## 10. PAGAMENTO

### 10.1. Recebimento:

**10.1.1.** Os softwares serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para posterior verificação da conformidade com as especificações do Termo de Referência e da proposta.

**10.1.2.** Os serviços executados também serão atestados pelo fiscal do contrato, após verificação da conformidade técnica e da qualidade do serviço prestado, observando-se o disposto na proposta vencedora e neste Termo de Referência.

**10.1.3.** Os bens ou serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações contratuais, devendo ser substituídos ou refeitos no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação da contratada, às suas expensas.

**10.2. Liquidação:**

**10.2.1.** A liquidação observará os critérios estabelecidos no art. 141 da Lei nº 14.133/2021, com verificação do cumprimento integral do objeto contratado, da regularidade da documentação fiscal apresentada e da manutenção das condições de habilitação da contratada.

**10.2.2.** Havendo erro na nota fiscal ou pendência documental que impeça a liquidação da despesa, esta ficará suspensa até a regularização pela contratada, reiniciando-se o prazo após o saneamento, sem ônus ao contratante.

**10.3. Prazo e Forma de Pagamento:**

**10.3.1.** O pagamento seguirá estritamente a ordem cronológica de exigibilidade das faturas, conforme previsto no Art. 141 da Lei 14.133/2021.

**10.3.2.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da finalização da liquidação da despesa, por meio de ordem bancária, em conta indicada pela contratada.

**10.3.3.** Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

**10.3.4.** A contratada optante pelo Simples Nacional fará jus à dispensa das retenções apenas mediante comprovação formal de sua condição no momento da emissão da nota fiscal.

**10.4.** No caso de atraso por parte da Administração, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data da efetiva quitação, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

## **11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**11.1.** Opção de contratação por meio da realização de procedimento de pregão, na forma eletrônica, com fundamentos na hipótese do art. 29 da Lei nº 14.133, de 2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço, por grupo, sendo garantida a padronização, qualidade e economia dos recursos públicos.

**11.2.** Na formulação da proposta de preços para o Grupo 01, a licitante deverá, obrigatoriamente, cotar o valor unitário dos cartões inteligentes (mídia física) de forma separada e distinta do valor unitário dos certificados digitais (serviço de emissão), conforme estabelecido nos itens 3.2.4 e 7.1.1, 'o', do Estudo Técnico Preliminar.

**11.3.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**11.3.1.** Habilitação Jurídica:

- a)** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b)** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c)** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d)** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no

Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**11.3.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, atualizado;
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal/INSS (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, e da Fazenda Pública do Estado de Goiás atualizadas;



- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;
- i. É permitida a apresentação de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas instituída pela Lei nº 12.440/2011;
  - ii. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
  - iii. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**11.3.3. Qualificação Econômico – Financeira:**

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ou de sociedade simples;
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- c) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

**11.4.** O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**12.1.** As despesas decorrentes dos serviços relativas ao presente exercício correrão à conta do crédito orçamentário na Classificação orçamentária: 2026 0301 01 032 1047 2008, Grupo 03 – Outras Despesas Correntes, Fontes 25010 100 (Receitas Ordinárias), Tipo de Recurso – Tesouro Estadual, sendo enquadradas nas Naturezas de Despesa – 3.3.90.40.28 – Outros Serviços Técnicos Especializados de Tecnologia da Informação e 3.3.90.30.20 – Material de Tecnologia da Informação.

Goiânia, data da assinatura digital.

**ANTÔNIO DE CARVALHO TORRES**

Gerente de Infraestrutura e Segurança da Informação

**MARCELO DE OLIVEIRA**

Superintendente de Tecnologia da Informática



**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00042666.2026.246.0.00000.0000 – 04349/26**

**APÊNDICE DO ANEXO I**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

**1.1.** A presente contratação tem por finalidade assegurar a autenticidade, integridade, confidencialidade e validade jurídica das transações eletrônicas realizadas no âmbito do TCMGO, bem como garantir a adequada identificação digital de seus representantes institucionais e sistemas informatizados.

**1.2.** A transformação digital dos processos administrativos, a ampliação da tramitação eletrônica de documentos, a integração com sistemas externos de órgãos de controle e fiscalização, além da utilização de serviços eletrônicos da Administração Pública e de instituições financeiras, exigem a utilização de certificados digitais emitidos por Autoridades Certificadoras integrantes da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, instituída pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-BRASIL).

**1.3.** O objeto da contratação é caracterizado como comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por envolver bens e/ou serviços usuais no mercado, com especificações padronizadas e desempenho objetivamente definido.

**1.4.** O contrato resultante desta contratação conterá cláusulas que disciplinam, de forma detalhada, as regras aplicáveis à sua vigência, prorrogação e eventual repactuação, observando-se as disposições legais e regulamentares vigentes.

**1.5.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**1.6.** Em caso de conflito entre a descrição dos itens constantes do catálogo do Governo Federal (CATMAT/CATSER) e as especificações deste Estudo Técnico Preliminar, prevalecerá a descrição constante neste documento, conforme permitido pela legislação aplicável.

**1.7.** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços sob demanda de emissão de certificados digitais, conforme tabelas:

GRUPO 01				
ITEM	QTDE TOTAL	QTDE AQUISIÇÃO IMEDIATA	CATMAT/ CATSER	ESPECIFICAÇÃO
1	5	1	30274	Certificado digital <b>SSL Wildcard</b> , na forma de arquivo, do tipo <b>A1</b> , com validade de 2 anos e reconhecido pelos principais navegadores do mercado
2	800	100	27189	Certificado digital <b>e-CPF</b> na forma de cartão inteligente, do tipo <b>A3</b> , com validade de 3 anos e da cadeia ICP Brasil
3	20	1	27197	Certificado digital <b>e-CNPJ</b> na forma de cartão inteligente, do tipo <b>A3</b> , com validade de 3 anos e da cadeia ICP Brasil
4	90	15	27146	Certificado digital <b>e-CPF</b> na forma de arquivo, do tipo <b>A1</b> , com validade de 1 ano e da cadeia ICP Brasil
5	20	2	27162	Certificado digital <b>e-CNPJ</b> na forma de arquivo, do tipo <b>A1</b> , com validade de 1 ano e da cadeia ICP Brasil
6	820	115	631076	Cartão Inteligente para certificado digital, padrão ICP-BRASIL.

**1.7.1.** Grupo 01:

- a** Certificado Digital SSL Wildcard, do tipo A1, com validade de 2 anos e reconhecido pelos principais navegadores do mercado, é necessário para:
  - i** Proteger a comunicação entre usuários e os sistemas hospedados sob o domínio institucional;
  - ii** Garantir criptografia de dados trafegados via protocolo HTTPS;
  - iii** Evitar interceptações, fraudes e ataques do tipo man-in-the-middle;
  - iv** Assegurar a confiança dos usuários externos e internos quanto à autenticidade do ambiente digital do Tribunal.
- b** Os certificados digitais e-CPF e e-CNPJ, do tipo A3, com validade de 3 anos e armazenados em cartão inteligente, são necessários para:
  - i** Representação legal do Tribunal perante órgãos públicos e privados;

- ii Assinatura digital de documentos com maior nível de segurança, em razão do armazenamento da chave privada em mídia criptográfica;
  - iii Acesso a sistemas estruturantes do governo federal, estadual e municipal;
  - iv Operações junto à Receita Federal, tribunais, bancos e demais plataformas que exijam autenticação com certificado ICP-Brasil.
- c** Os certificados digitais e-CPF e e-CNPJ, do tipo A1, com validade de 1 ano e armazenados em arquivo, são necessários para:
- i Integração com sistemas corporativos que demandem autenticação automática;
  - ii Assinaturas digitais em sistemas internos;
  - iii Execução de rotinas automatizadas que não comportem o uso de dispositivo físico;
  - iv Garantia de continuidade operacional de serviços eletrônicos.
- d** Cartão Inteligente para certificado digital, padrão ICP-BRASIL.
- i A fim de distinguir, quando aplicável, o valor do cartão inteligente e do certificado correspondente.
  - ii Este item engloba os cartões que serão utilizados para as emissões dos certificados e-CPF e e-CNPJ A3.
  - iii A quantidade estimada, 820 (oitocentos e vinte) unidades se dá em razão das 800 (oitocentos) unidades de certificado A3 e-CPF e 20 (vinte) unidades de certificado A3 e-CNPJ.

ITEM 07				
ITEM	QTDE TOTAL	QTDE AQUISIÇÃO IMEDIATA	CATSER	ESPECIFICAÇÃO
1	90	30	27219	Certificado Digital em nuvem A3 e-CPF

**1.7.2. Item 07: Certificado digital em nuvem do tipo A3 e-CPF:**

Página 43 de 77

- a. Permite maior mobilidade ao usuário;
- b. Dispensa o uso de mídias físicas, como token ou cartão;
- c. Utilização em múltiplos dispositivos:
  - 1. Smartphones;
  - 2. Tablets;
  - 3. Computadores.
- d. Elevado nível de segurança por meio de autenticação multifator.

## **2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

**2.1.** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme DFD nº 094/2025 – SERVIÇOS DE EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS.

## **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.** Opção de contratação por meio da realização de procedimento de pregão, na forma eletrônica, com fundamentos na hipótese do art. 29 da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço, por grupo, sendo garantida a padronização, qualidade e economia dos recursos públicos.

**3.2.** Para fins de comprovação da qualificação técnica, a licitante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado ou declaração emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento satisfatório de objeto compatível com o item ou grupo licitado.

**3.2.1.** O atestado ou declaração deverá conter, obrigatoriamente:

- a. O nome da empresa ou órgão contratante;
- b. O nome do responsável pela emissão;
- c. O contato do responsável, contendo e-mail e/ou telefone.

**3.2.2.** Serão aceitos um ou mais atestados, desde que, em conjunto, comprovem o atendimento ao quantitativo mínimo de 30% (trinta por cento) de cada grupo.

- 3.2.3.** Considera-se objeto compatível aquele que compreenda o fornecimento de certificados digitais emitidos por Autoridade Certificadora credenciada junto à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, com características técnicas equivalentes ou superiores às especificadas no objeto desta contratação, incluindo soluções de certificado digital do tipo e-CPF A3 em nuvem, que possibilitem identificação digital segura de pessoa física, assinatura eletrônica com validade jurídica, autenticação em sistemas governamentais e corporativos, bem como armazenamento das chaves criptográficas em ambiente seguro, com mecanismos de autenticação multifator e conformidade com as normas vigentes da ICP-Brasil.
- 3.2.4.** A proposta de preço da licitante deverá distinguir, quando aplicável, o valor dos cartões inteligentes que serão fornecidos, e o valor do certificado correspondente.

#### **4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

**4.1.** Quantidade total estimada baseada no número de usuários e softwares do TCMGO passíveis de habilitação de necessidade de uso de certificados digitais;

**4.2.** Estimamos a quantidade de aquisição imediata de certificados digitais para os servidores e membros do TCMGO, levando em conta as demandas atuais e futuras. Consideramos também os certificados que estão em uso e que têm data de vencimento próxima. Essa estimativa visa garantir a segurança e a agilidade dos processos desta Corte de Contas.

GRUPO 01				
ITEM	QTDE TOTAL	QTDE AQUISIÇÃO IMEDIATA	CATMAT/ CATSER	ESPECIFICAÇÃO
1	5	1	30274	Certificado digital <b>SSL Wildcard</b> , na forma de arquivo, do tipo <b>A1</b> , com validade de 2 anos e reconhecido pelos principais navegadores do mercado
2	800	100	27189	Certificado digital <b>e-CPF</b> na forma de cartão inteligente, do tipo <b>A3</b> , com validade de 3 anos e da cadeia ICP Brasil
3	20	1	27197	Certificado digital <b>e-CNPJ</b> na forma de cartão inteligente, do tipo <b>A3</b> , com validade de 3 anos e da cadeia ICP Brasil

4	90	15	27146	Certificado digital <b>e-CPF</b> na forma de arquivo, do tipo <b>A1</b> , com validade de 1 ano e da cadeia ICP Brasil
5	20	2	27162	Certificado digital <b>e-CNPJ</b> na forma de arquivo, do tipo <b>A1</b> , com validade de 1 ano e da cadeia ICP Brasil
6	820	115	631076	Cartão Inteligente para certificado digital, padrão ICP-BRASIL.

ITEM 07				
ITEM	QTDE TOTAL	QTDE AQUISIÇÃO IMEDIATA	CATSER	ESPECIFICAÇÃO
1	90	30	27219	Certificado Digital em nuvem A3 e-CPF

## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

**5.1.** Para o Grupo 01, optou-se pelo fornecimento de certificados digitais dos tipos A1 e A3 em cartão inteligente (smart card), bem como A1 em arquivo, por se tratar da solução atualmente adotada pelo TCMGO, a qual demonstra plena compatibilidade e aderência aos sistemas institucionais em uso no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, atendendo de forma adequada às demandas de servidores e estagiários no exercício de suas atribuições.

**5.2.** Para o item 07, a solução consiste no fornecimento de Certificados Digitais do tipo A3 e-CPF em nuvem, destinados ao atendimento das necessidades institucionais dos Conselheiros, Secretários e Superintendentes do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

## 6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

**6.1.** Grupo 01:

**6.1.1.** Valores obtidos através de pesquisa realizada no Compras.gov.br

**COMPRAS GOV**

ITEM	QTDE TOTAL	QTDE AQUISIÇÃO IMEDIATA	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	Preço Unit.	Valor Total
1	5	1	30274	Certificado digital <b>SSL Wildcard</b> , na forma de arquivo, do tipo <b>A1</b> , com validade de 2 anos e reconhecido pelos principais navegadores do mercado	R\$ 2.078,58	R\$ 10.392,88
2	800	100	27189	Certificado digital <b>e-CPF</b> na forma de cartão inteligente, do tipo <b>A3</b> , com validade de 3 anos e da cadeia ICP Brasil	R\$ 182,41	R\$ 145.926,80
3	20	1	27197	Certificado digital <b>e-CNPJ</b> na forma de cartão inteligente, do tipo <b>A3</b> , com validade de 3 anos e da cadeia ICP Brasil	R\$ 174,30	R\$ 3.486,10
4	90	15	27146	Certificado digital <b>e-CPF</b> na forma de arquivo, do tipo <b>A1</b> , com validade de 1 ano e da cadeia ICP Brasil	R\$ 101,97	R\$ 9.177,17
5	20	2	27162	Certificado digital <b>e-CNPJ</b> na forma de arquivo, do tipo <b>A1</b> , com validade de 1 ano e da cadeia ICP Brasil	R\$ 199,31	R\$ 3.986,21
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 172.969,16</b>

**6.1.2.** Para a consolidação dos preços estimados, foi considerada a média dos valores obtidos em contratações similares disponíveis no Compras.gov.br.

**6.1.3.** Cartão Inteligente para certificado digital, padrão ICP-BRASIL:

Pesquisa realizada na Internet						
ITEM	QTDE TOTAL	QTDE AQUISIÇÃO IMEDIATA	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	Preço Unit.	Valor Total
6	820	115	631076	Cartão Inteligente para certificado digital, padrão ICP-BRASIL.	R\$ 42,09	R\$ 34.513,80

- a Para o Item 6 foi realizada pesquisa de preços em sites na internet, uma vez que a pesquisa de preços junto ao Painel de Preços do Governo Federal e a outras bases oficiais não se mostrou adequada para este objeto.
- b O valor apresentado corresponde à média dos valores levantados.

- c O custo total estimado para o Grupo 01 corresponde a R\$ 207.482,96 (duzentos e sete mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e noventa e seis centavos).

**6.2. Item 07:**

**6.2.1. Valores obtidos através de pesquisa realizada no Compras.gov.br**

COMPRAS GOV						
ITEM	QTDE TOTAL	QTDE AQUISIÇÃO IMEDIATA	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	Preço Unit.	Valor Total
1	60	30	27219	Certificado Digital em Nuvem A3 e-CPF	R\$ 143,00	R\$ 8.580,00
VALOR TOTAL						R\$ 8.580,00

**6.2.2.** Para a consolidação dos preços estimados, foi considerada a média dos valores obtidos em contratações similares disponíveis no Compras.gov.br.

**6.2.3.** O custo total estimado para o Item 07 corresponde a R\$ 8.580,00 (oito mil, quinhentos e oitenta reais).

**7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**7.1. Grupo 01:**

**7.1.1. Certificado Digital do tipo A3, e-CPF e e-CNPJ, em Cartão Inteligente:**

- Padrão de interoperabilidade ICP-BRASIL;
- Deve permitir a utilização para assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações;
- Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil;
- Ser instalado em Cartões Inteligentes constantes da lista de equipamentos certificados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI;
- O presente item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro (AR);
- O prazo de validade do certificado deverá ser de **36 (trinta e seis) meses** a partir de sua emissão;



1. Em razão do vencimento da cadeia de certificação vigente, V5, conforme regras estabelecidas pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, os certificados poderão ter validade mínima de 30 (trinta) meses.
- g. A CONTRATADA deverá disponibilizar canais de atendimento, das 9:00 às 12:00h e de 14:00h às 18:00h, em dias úteis, por meio dos quais a CONTRATANTE realizará a abertura de solicitações para emissão de certificados; para operacionalização, a CONTRATADA deverá disponibilizar número telefônico, endereços de correio eletrônico ou sítio da Web próprio;
  1. Os níveis de serviço (SLA) foram definidos com base no histórico de execução do contrato anterior e na jornada de trabalho institucional (13h às 19h), visando garantir a exequibilidade das obrigações e evitar a elevação artificial dos preços decorrente de prazos incompatíveis com a dinâmica operacional do Tribunal.
- h. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitada, lista dos usuários certificados habilitados que receberam certificados, informando, no mínimo:
  1. Nome de usuário;
  2. E-mail do usuário;
  3. CPF do usuário;
  4. Data de emissão e data de vencimento do certificado.
- i. A emissão iniciar-se-á sob demanda da CONTRATANTE durante a vigência contratual, mediante expedição de Ordem de Serviço (O.S.) específica à CONTRATADA;
- j. A CONTRATADA deverá disponibilizar na Internet, de forma on-line, a lista de certificados revogados da Autoridade Certificadora que emitiu os certificados, conforme a versão 3 do padrão ITU X.509;
- k. A CONTRATANTE formalizará à CONTRATADA os gestores responsáveis pelo contrato (nome, CPF, e-mail, telefone) para que estes possam resolver ou tratar de quaisquer assuntos relacionados ao objeto contratado, mediante envio de e-mail assinado digitalmente pelo respectivo demandante;

- l.** O Fiscal do Contrato, ou seu substituto poderá pedir a revogação de certificados mediante envio de e-mail assinado digitalmente pelo respectivo demandante;
- m.** Para cada emissão, a CONTRATADA deverá informar um número de controle (protocolo) para registro;
- n.** O serviço de emissão de certificados contemplará a gravação de certificados em mídia cartão (Smart card / Cartão inteligente), fornecido pela CONTRATADA.
- o.** A proposta de preço da licitante deverá distinguir, o valor dos cartões inteligentes que serão fornecidos, e o valor do certificado correspondente.

**7.1.2.** Certificado Digital **SSL Wildcard**, na forma de arquivo, do tipo A1:

- a.** Forma de arquivo, do tipo A1;
- b.** Validade de 24 (vinte e quatro) meses;
- c.** O certificado deve ser emitido em padrão internacional por autoridade certificadora credenciada, com raiz distribuída nos principais navegadores de mercado na internet e sistemas operacionais para computadores pessoais;
- d.** Utilizar chaves para criptografia assimétrica RSA, de no mínimo 2048 bits;
- e.** Permitir a utilização de criptografia simétrica com chaves de 256 bits;
- f.** Ser válido por padrão nos seguintes navegadores e dispositivos móveis (sem a necessidade de instalação de certificado AC raiz):
  - 1.** Microsoft Internet Explorer;
  - 2.** Microsoft Edge;
  - 3.** Windows Phone;
  - 4.** Google Chrome;
  - 5.** Mozilla Firefox;
  - 6.** Oracle Java;
  - 7.** Apple IOS;
  - 8.** Android.

- g. A CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, num período de 7 (sete) dias após a emissão inicial de um certificado, a sua reemissão ou a substituição quantas vezes forem necessárias;
- h. Para certificado do tipo SSL de multi-domínios (SAN - Subject Alternative Name), deve ser possível registrar no mínimo 10 FQDN's;
- i. Deve ser possível a Instalação do certificado em servidores de forma ilimitada e sem custo adicional, permitindo assim o uso de um mesmo certificado em número ilimitado de equipamentos;
- j. Permitir estabelecimento de sessões SSL (Security Socket Layer) e TLS (Transport Layer Security);
- k. Aderente ao padrão internacional X.509;
- l. Armazenamento em arquivo;
- m. Compatível com Servidor WEB Apache 2.

**7.1.3. Certificado Digital do tipo A1, e-CPF e e-CNPJ, em Arquivo:**

- a. Validade de 12 (doze) meses;
- b. Utilizar chaves para criptografia assimétrica RSA, de no mínimo 2048 bits;
- c. Permitir a utilização de criptografia simétrica com chaves de 256 bits;
- d. A CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, num período de 7 (sete) dias após a emissão inicial de um certificado, a sua reemissão ou a substituição quantas vezes forem necessárias;
- e. Deve ser possível a Instalação do certificado em servidores de forma ilimitada e sem custo adicional, permitindo assim o uso de um mesmo certificado em número ilimitado de equipamentos;
- f. Permitir estabelecimento de sessões SSL (Security Socket Layer) e TLS (Transport Layer Security);
- g. Aderente ao padrão internacional X.509;
- h. Ser emitido por autoridade certificadora vinculada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil);

- i. Permitir emissão de certificado com propósito (X509v3 Extended Key Usage) TLS Web Client Authentication;
- j. Armazenamento em arquivo.

## **7.2. Item 07:**

### **7.2.1. Certificado Digital em nuvem:**

- a. Tipo: A3 e-CPF;
- b. Com validade de pelo menos 36 (trinta e seis) meses;
- c. Com possibilidade de habilitação e acesso em múltiplos dispositivos:
  - 1. Computador;
  - 2. Tablet;
  - 3. Smartphone.
- d. Certificado em nuvem, dispensando tokens e smartcards;
- e. Processo de emissão online;
- f. Padrão de interoperabilidade ICP-BRASIL;
- g. Deve permitir a utilização para assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações;
- h. O presente item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro (AR).

## **8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO**

**8.1.** O parcelamento do objeto em grupos distintos mostra-se tecnicamente e economicamente viável, uma vez que os itens possuem naturezas e formas de fornecimento diferentes, especialmente quanto à mídia (arquivo, cartão inteligente e nuvem), prazos de validade e modelos de emissão.

**8.2.** O Grupo 01 reúne certificados e mídias físicas correlatas, cuja execução pode ser realizada de forma conjunta por fornecedores especializados nesse tipo de fornecimento, garantindo padronização e ganho de escala. Já o Item 07, referente a certificado em nuvem,

possui características tecnológicas específicas, com modelo de disponibilização, gestão e infraestrutura distintos, o que justifica sua contratação separada.

**8.2.1.** O agrupamento do Item 01, correspondente ao Certificado Digital SSL Wildcard, na forma de arquivo, do tipo A1, com validade de 2 anos, no Grupo 01, tem por finalidade promover maior eficiência administrativa e padronização tecnológica, uma vez que a gestão centralizada de todos os certificados em uma única infraestrutura de chaves, no âmbito de um único contrato, reduz custos operacionais e mitiga riscos de descontinuidade de sistemas críticos.

**8.3.** Além disso, o parcelamento favorece a ampliação da competitividade, permitindo a participação de um maior número de fornecedores, sem prejuízo da economia de escala, da eficiência contratual e da adequada execução do objeto.

## **9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

**9.1.** A presente aquisição visa:

**9.1.1.** Manter a segurança dos ambientes eletrônicos do TCMGO em termos de segurança às transações, e para proteger informações trocadas em ambiente eletrônico, evitando interceptação ou adulteração de dados compartilhados em uma comunicação realizada pela internet;

**9.1.2.** Manter a continuidade dos serviços prestados pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás que fazem uso de certificação digital e promover o ganho de eficácia e segurança digital, o objeto desta aquisição, é recurso indispensável uma vez que várias tarefas realizadas pelos auditores fiscais e servidores exigem a utilização deste dispositivo de forma a garantir a autenticidade, confiabilidade e integridade das informações;

**9.1.3.** No âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, a certificação é utilizada, entre outros fins, para a tramitação eletrônica de documentos, assinatura de documentos, controle de acesso a serviços que requerem autenticação via certificado digital, além de conferir sigilo e privacidade;

**9.1.4.** Economicidade, reaproveitamento e simplificação de configurações diversas com o uso de certificado Wildcard nas aplicações públicas do TCMGO na internet com os domínios \*.tcm.go.gov.br e tcmgo.t.c.br, uma vez que este tipo de certificado pode ser reutilizado para todas as aplicações com um domínio específico.

**9.1.5.** Fornecimento de certificados digitais em nuvem do tipo e-CPF A3, emitidos por Autoridade Certificadora credenciada junto à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, destinados aos Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, a fim de assegurar identificação digital segura e assinatura eletrônica com validade jurídica, garantindo mobilidade, alta disponibilidade e conformidade normativa, com armazenamento das chaves em ambiente criptográfico seguro e sem dependência de dispositivos físicos, o que reduz riscos operacionais e aumenta a eficiência na execução das atividades institucionais.

## **10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

**10.1.** Não há necessidade de providências prévias ao contrato.

## **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

**11.1.** Não se aplica.

## **12. IMPACTOS AMBIENTAIS**

**12.1.** Aplica-se o Art. 33, IV da Lei nº 12.305, de 2010, acerca do descarte de materiais eletroeletrônicos.

## **13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**13.1.** Opção de contratação por meio da realização de procedimento de pregão, na forma eletrônica, com fundamentos na hipótese do art. 29 da Lei nº 14.133/2021, que culminará com

a seleção da proposta de menor preço, por grupo e item isolado (Item 07), sendo garantida a padronização, qualidade e economia dos recursos públicos.

**13.2.** A contratação é viável e necessária sob os aspectos técnico, operacional e orçamentário.

**13.2.1.** A contratação é tecnicamente viável, pois a solução atende integralmente aos requisitos institucionais do TCMGO, garantido compatibilidade com os sistemas existentes, qualidade e desempenhos adequados, além de atender às normas e padrões técnicos aplicáveis, assegurando a eficácia na execução das atividades previstas.

**13.2.2.** Do ponto de vista operacional, a contratação contribui para a continuidade e eficiência da rotina do TCMGO, garantindo suporte a atividades e oferecendo meios adequados para a execução das tarefas institucionais de forma organizada e funcional.

**13.2.3.** Do ponto de vista orçamentário, a demanda consta no Plano de Contratações Anual (PCA) do TCMGO e possui previsão de recursos em dotação orçamentária específica, assegurando a regularidade da contratação.

**13.3.** A contratação atende aos princípios da economicidade, eficiência, interesse público e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021, contribuindo para o fortalecimento da infraestrutura institucional e para a continuidade das atividades essenciais do TCMGO.

Goiânia, data da assinatura digital.

**ANTÔNIO CARVALHO TORRES**

Gerente da Divisão de Infraestrutura e Segurança da Informação

**MARCELO DE OLIVEIRA**

Superintendente de Tecnologia da Informática

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00042666.2026.246.0.00000.0000 – 04349/26**

**ANEXO II**

**TERMO DE COMPROMISSO, CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

A empresa [NOME DA EMPRESA], pessoa jurídica de direito privado, com sede em [ENDEREÇO COMPLETO], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada CONTRATADA, declara, para os fins legais e contratuais, que está ciente e aceita integralmente os termos e obrigações deste instrumento, assumindo o compromisso de garantir o sigilo e a adequada proteção de dados pessoais e informações confidenciais do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCMGO, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

**1. OBJETIVO**

- 1.1.** O presente Termo tem por objeto estabelecer regras de confidencialidade, sigilo e segurança no acesso, manuseio, armazenamento e tratamento de informações e dados pessoais, conforme disposto na LGPD, especialmente nos artigos 6º (Princípios), 7º (Bases legais para o tratamento de dados), 46 (Segurança), 48 (Comunicação de incidentes) e demais normas complementares.

**2. DEFINIÇÕES LEGAIS**

- 2.1.** Para fins deste Termo, adotam-se as definições da LGPD (art. 5º), em especial:
- 2.1.1.** Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável (art. 5º, I).
- 2.1.2.** Dado pessoal sensível: dado sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, saúde ou vida sexual, dado genético ou biométrico (art. 5º, II).



- 2.1.3.** Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, arquivamento, eliminação, etc. (art. 5º, X).
- 2.1.4.** Controlador: o TCMGO, responsável por tomar decisões referentes ao tratamento dos dados pessoais (art. 5º, VI).
- 2.1.5.** Operador: a CONTRATADA, que realiza o tratamento em nome do controlador (art. 5º, VII).

### **3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA compromete-se a:

- 3.1.** Manter o mais absoluto sigilo sobre todas as informações classificadas como confidenciais, incluindo dados pessoais, documentos, códigos, configurações, procedimentos, fluxogramas, sistemas, e quaisquer informações a que tiver acesso, direta ou indiretamente, em razão da execução contratual, nos termos do art. 7º, inciso V, da LGPD, e do art. 5º, inciso X, da Constituição Federal.
- 3.2.** Utilizar tais informações exclusivamente para os fins definidos contratualmente, em conformidade com o princípio da finalidade e da necessidade (art. 6º, I e III da LGPD), sendo vedada sua utilização para outros propósitos, pessoais ou comerciais.
- 3.3.** Restringir o acesso aos dados e informações aos colaboradores estritamente necessários à execução do contrato, os quais deverão ser cientificados sobre o conteúdo deste Termo, de acordo com o princípio do acesso restrito (art. 6º, IX da LGPD).
- 3.4.** Adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão, conforme art. 46 da LGPD e normas da Política de Segurança da Informação do TCMGO.
- 3.5.** Informar imediatamente ao TCMGO qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados, nos termos do art. 48 da LGPD.

- 3.6.** Garantir que todos os seus colaboradores, prepostos, consultores ou terceiros estejam vinculados a compromissos de confidencialidade e proteção de dados compatíveis com este Termo (art. 42 da LGPD).
- 3.7.** Colaborar com o TCMGO no atendimento a direitos dos titulares, caso demandado, especialmente no que se refere à correção, anonimização, exclusão ou portabilidade de dados, conforme os arts. 18 e 19 da LGPD.

#### **4. RESPONSABILIDADE CIVIL E SANÇÕES**

- 4.1.** O descumprimento das obrigações previstas neste Termo poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas, conforme art. 52 da LGPD, além da rescisão contratual imediata, independentemente de notificação prévia, e da responsabilização civil, penal e administrativa, nos termos do art. 42 da LGPD e da legislação vigente.
- 4.2.** A CONTRATADA será responsabilizada por eventuais danos materiais, morais ou coletivos decorrentes de condutas comissivas ou omissivas no tratamento indevido ou inseguro de dados, nos termos do art. 42, §1º da LGPD.

#### **5. VIGÊNCIA E EFEITOS**

- 5.1.** Este Termo possui natureza irrevogável e irretratável, e produz efeitos desde o primeiro acesso às informações protegidas, mantendo-se válido por todo o período da prestação dos serviços e por no mínimo 5 (cinco) anos após seu encerramento, salvo disposição legal mais específica ou prazos maiores definidos por obrigações legais e regulatórias.

#### **6. DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 6.1.** A CONTRATADA declara que leu, compreendeu e compromete-se a cumprir integralmente as disposições da Política de Segurança da Informação do TCMGO, dos normativos internos e da LGPD.

- 6.2.** Este Termo constitui documento autônomo, vinculando-se ao contrato principal firmado entre as partes e obrigando não apenas os contratantes, como também seus sucessores legais.

Goiânia, Goiás, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

**[NOME DA EMPRESA]**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Cargo:** \_\_\_\_\_

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/26**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00042666.2026.246.0.00000.0000 – 04349/26**

**ANEXO III**

**MINUTA CONTRATO Nº 000/2026**

Contratação de empresa para prestação de serviços de emissão de Certificados Digitais padrão ICP-Brasil A3 para pessoa física (e-CPF) e pessoa jurídica (e-CNPJ), Certificados Digitais padrão ICP-Brasil A1 para pessoa física (e-CPF) e pessoa jurídica (e-CNPJ), e Certificado Digital tipo SSL Wildcard, com prestação de serviços de visitas presenciais, *in loco*, de videoconferência, ou presencial, na sede da CONTRATADA, para emissão dos certificados, que entre si celebram o **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS** e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**.

**CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS**, inscrito no CNPJ(MF) sob nº 02.600.963/0001-51, com sede na Rua 68, nº 727, Centro, Goiânia – GO, CEP: 74055-100, neste ato representado pelo Conselheiro Presidente, **JOAQUIM ALVES DE CASTRO NETO**.

**CONTRATADA: EMPRESA VENCEDORA**, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº **00.000.000/0000-00**, localizada na **XXXXXXXXXXXX** neste ato representada por **REPRESENTANTE DA EMPRESA**, inscrito no CPF sob o nº **000.000.000-00**.

Os **CONTRATANTES** acima qualificados celebram o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **00000/26**, conforme Termo de Homologação, da Presidência do TCMGO, nos autos do Processo nº 00042666.2026.246.0.00000.0000, que fica fazendo parte integrante deste instrumento, realizado nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e da Lei Estadual nº 17.928/2012,

Página 60 de 77

com suas alterações e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** Constitui objeto deste instrumento a contratação de empresa para prestação de serviços de emissão de Certificados Digitais padrão ICP-Brasil A3 para pessoa física (e-CPF) e pessoa jurídica (e-CNPJ) em mídia de Cartão Inteligente (Smart Card) para armazenamento de certificados digitais, Certificados Digitais padrão ICP-Brasil A1 para pessoa física (e-CPF) e pessoa jurídica (e-CNPJ), Certificado Digital tipo SSL Wildcard, Cartão Inteligente para certificado digital padrão ICP-Brasil e Certificado Digital em nuvem A3 e-CPF, com prestação de serviços de visitas presenciais, *in loco*, de videoconferência, ou presencial, na sede da CONTRATADA, sob demanda da CONTRATANTE, para emissão dos certificados, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

**1.2.** Objeto da contratação:

GRUPO 01						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QTDE	QTDE AQUISIÇÃO IMEDIATA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Certificado digital SSL Wildcard, na forma de arquivo, do tipo A1, com validade de 2 anos e reconhecido pelos principais navegadores do mercado.	30274	5	1	R\$	R\$
2	Certificado digital e-CPF na forma de cartão inteligente, do tipo A3, com validade de 3 anos e da cadeia ICP Brasil.	27189	800	100	R\$	R\$

3	Certificado digital e-CNPJ na forma de cartão inteligente, do tipo A3, com validade de 3 anos e da cadeia ICP Brasil.	27197	20	1	R\$	R\$
4	Certificado digital e-CPF na forma de arquivo, do tipo A1, com validade de 1 ano e da cadeia ICP Brasil.	27146	90	15	R\$	R\$
5	Certificado digital e-CNPJ na forma de arquivo, do tipo A1, com validade de 1 ano e da cadeia ICP Brasil.	27162	20	2	R\$	R\$
6	Cartão Inteligente para certificado digital, padrão ICP-BRASIL.	631076	820	115	R\$	R\$
<b>TOTAL</b>						<b>R\$</b>

<b>ITEM 07</b>						
<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>CATMAT</b>	<b>QTDE</b>	<b>QTDE AQUISIÇÃO IMEDIATA</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
1	Certificado Digital em nuvem A3 e-CPF	27219	90	30	R\$	R\$
<b>TOTAL</b>						<b>R\$</b>

**1.3. Vinculam está contratação, independentemente de transcrição:**

- 1.3.1.** O Termo de Referência;
- 1.3.2.** O Edital da Licitação;
- 1.3.3.** A Proposta do contratado;
- 1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados **de DIA de MÊS de 2026 a DIA de MÊS de 2027**, conforme o §2º do artigo 106 da Lei n.º 14.133/2021.

**2.2.** O contrato poderá ser prorrogado, por igual período, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do artigo 106 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**2.2.1.** A prorrogação de que trata o item 2.2 é condicionada a comprovação de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

**3.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**5.1.** O valor total da contratação é de R\$ ..... (....).

**5.2.** As despesas decorrentes dos serviços relativas ao presente exercício correrão à conta do crédito orçamentário na Classificação orçamentária: 2026 0301 01 032 1047 2008, Grupo 03 – Despesas Correntes, Fonte 15000 100 (Receitas Ordinárias), Tipo de Recurso – Tesouro Estadual, sendo enquadrada nas Naturezas de Despesa – 3.3.90.40.28 – Outros Serviços Técnicos Especializados de Tecnologia da Informação e 3.3.90.30.20 – Material de Tecnologia da Informação.

**5.3.** Para fazer face à despesa, foi emitida Nota de Empenho nº 00XXX pela CONTRATANTE, em XX/XX/2026.

**5.4.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

**6.1.** O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE**

**7.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em   /  /   (DD/MM/AAAA).

**7.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**7.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**7.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



**7.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**8.1.** Franquear o acesso dos representantes da CONTRATADA às instalações e infraestrutura de tecnologia da informação da CONTRATANTE, quando for necessário à execução dos serviços contratados;

**8.2.** Promover os pagamentos em moeda corrente nacional mediante depósito na conta bancária indicada pela Contratada, após o ateste da nota fiscal;

**8.3.** Proporcionar os recursos técnicos e físicos necessários que lhe couberem para que a empresa CONTRATADA possa executar os serviços conforme as especificações detalhadas no edital;

**8.4.** Levar ao conhecimento da CONTRATADA, por escrito, todo e qualquer fato que atrapalhe ou impeça a execução do serviço, bem como imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

**8.5.** Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

**8.6.** Aplicar penalidades à CONTRATADA, por descumprimento contratual.

**8.7.** Exigir o afastamento e/ou substituição, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, de qualquer empregado da CONTRATADA que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização ou que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe forem designadas.

**8.8.** Fornecer à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o bom desenvolvimento dos serviços.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1.** O Contrato bem como sua execução observará a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com cumprimento das normas e das boas práticas de governança de dados;

**9.1.1.** A CONTRATADA deverá respeitar a classificação das informações produzidas ou custodiadas pelo Tribunal que vier a ter acesso por necessidade do serviço. Para isso, a CONTRATADA e os profissionais da CONTRATADA deverão assinar o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Respeito às Normas de Segurança vigentes no TCMGO de acordo com o modelo indicado no ANEXO II-H.

**9.2.** Manter, durante toda a execução do contrato deste objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso da vigência do contrato, algum documento perder a validade;

**9.3.** Comunicar ao TCMGO, por escrito, qualquer anormalidade verificada na entrega dos componentes e prestar ao Órgão os devidos esclarecimentos, sempre que solicitado;

**9.4.** Prestar todas as informações solicitadas pelo TCMGO com referência ao objeto adquirido, quando necessário;

**9.5.** Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações do TCMGO, observando sempre os critérios de qualidade e boas práticas recomendadas pelo fabricante para implantação e configuração dos produtos objeto deste Termo de Referência e seus anexos;

**9.6.** Zelar, através de seus colaboradores/representantes, pelo sigilo de toda e qualquer informação referente à infraestrutura de hardware e software, sistemas, dados hospedados em algum dispositivo de armazenamento, usuários, contribuintes, topologia, configurações, políticas de segurança e ao modo de funcionamento e tratamento das informações do TCMGO, durante a vigência do contrato, bem como após o seu término, salvo quando houver autorização expressa do TCMGO para divulgação;

**9.7.** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

**9.8.** Fornecer todos os documentos necessários (ex.: especificações técnicas, planilhas, diagramas de arquitetura, cronogramas etc.) em forma eletrônica e em formato compatível com as principais ferramentas Microsoft, tais como Word e Excel;

**9.9.** Prestar suporte técnico ao time de TI do TCMGO para esclarecimentos de dúvidas, resolução de problemas técnicos e acompanhamento dos chamados;

**9.10.** Preposto:

**9.10.1.** No prazo de 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá indicar, mediante declaração, um preposto, aceito pela fiscalização para representá-la administrativamente durante o período de vigência do contrato, sempre que for necessário;

**9.10.2.** Na declaração deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

**9.10.3.** O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados e demais assuntos relativos à execução contratual;

**9.10.4.** A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do TCMGO, inclusive quanto ao cumprimento dos normativos internos.

**9.11.** Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação, qualificação e capacidade de operação apresentadas na licitação e assinatura do instrumento;

**9.12.** Manter, sem qualquer ônus adicional, estoque mínimo de materiais de consumo que impeça a interrupção dos serviços;

**9.13.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços a que se obriga.

**9.14.** Facilitar o acesso a equipamentos, insumos, instalações e informações necessários para a execução dos serviços contratados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**10.1.** A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade escolhida pela CONTRATADA, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

**10.2.** A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

**10.3.** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.4 deste contrato.

**10.4.** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

**10.5.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

**10.5.1.** Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

**10.5.2.** Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

**10.5.3.** Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

**10.6.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.5, observada a legislação que rege a matéria.

**10.7.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

**10.8.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

**10.9.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**10.10.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**10.11.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

**10.12.** O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**10.12.1.** O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**10.12.2.** Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

**10.13.** Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

**10.14.** A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

**10.15.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

**10.16.** O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

**10.17.** A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Página 69 de 77

**11.1.** Pela inexecução parcial ou total das condições pactuadas, garantida a prévia defesa, ficará a CONTRATADA sujeita às seguintes sanções:

**11.1.1.** Advertência;

**11.1.2.** Multa sobre o valor total do contrato pela inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, que sujeitará a contratada, além das cominações legais cabíveis, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

**a)** 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação.

**b)** Inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação.

**c)** 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço/entrega não realizado.

**d)** 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço/entrega não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

**11.1.3.** Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, além das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

**a)** Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

**b)** Não entregar a documentação exigida no edital;

**c)** Apresentar documentação falsa;

**d)** Causar o atraso na execução do objeto;

**e)** Não manter a proposta;

**f)** Falhar na execução do contrato;

**g)** Fraudar a execução do contrato;

**h)** Comportar-se de modo inidôneo;

- i) Declarar informações falsas;
- j) Cometer fraude fiscal.

**11.1.4.** As sanções descritas no caput deste artigo também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

**11.1.5.** A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**11.1.6.** A inexecução contratual também poderá dar causa à rescisão contratual, nos moldes da Lei nº 14.133/21.

**11.2.** A multa, aplicada após regular processo administrativo, será recolhida em favor do CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou será descontada dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou, ainda, quando estas não ocorrerem ou não forem suficientes, o saldo será inscrito na Dívida Ativa do Estado e cobrado judicialmente.

**11.3.** A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso no fornecimento dos itens ou da prestação dos serviços for devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela Administração da CONTRATANTE, que fixará novo prazo, improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES**

**12.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**12.2.** O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**12.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**13.1.** O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS – TCMGO e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, quando do tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

**a)** O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º e/ou 11 da Lei Federal nº 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

**b)** O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao alcance das finalidades de execução do contrato e dos serviços contratados ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;

**c)** Em caso de necessidade de tratamento de dados pessoais indispensáveis à própria prestação de serviço, este será realizado mediante prévia aprovação do TCMGO. Os dados tratados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

**d)** Em caso de necessidade de utilização de sistemas para acesso à dados pessoais, tais sistemas seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado;

**e)** As medidas técnicas e administrativas de segurança aplicadas são adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento



ilícito e que estas medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger;

**f)** Os dados pessoais obtidos em razão desse contrato devem ser armazenados em banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

**g)** Na execução deste contrato, a CONTRATADA zelar pelo cumprimento das medidas de segurança para o tratamento de dados pessoais e oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao TCMGO, não compartilhando com terceiros, dados pessoais que lhe sejam remetidos;

**h)** Os dados pessoais obtidos em razão desse contrato serão tratados apenas em nome do TCMGO e em conformidade com as suas instruções, as cláusulas do contrato e as legislações específicas.

**13.2.** A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, das obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no às regras para o Tratamento de Dados Pessoais do TCMGO estabelecidas no Anexo I da Resolução Administrativa nº 184/2021, nas Políticas de Tecnologia da Informação, de Segurança da Informação e de Gestão de Riscos estabelecidas na Resolução Administrativa nº 106/2017 e na Política de Privacidade do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS, disponíveis do sítio eletrônico do TCMGO (<https://www.tcmgo.tc.br>), cujos princípios deverão ser observados na execução deste contrato.

**13.3.** O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados do TCMGO que contenham, ou possam conter dados pessoais, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final e, em hipótese alguma, a utilização das bases de forma diversa do objeto do presente contrato.

**13.4.** A CONTRATADA cooperará com o TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal nº 13.709/2018 e nas leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgão de controle administrativo.

**13.5.** A CONTRATADA deverá informar imediatamente ao Encarregado de Dados do TCMGO, através do canal de Ouvidoria deste Tribunal, por meio do sitio eletrônico da Ouvidoria (<https://www.tcmgo.tc.br/ouvidoria/>) , quando receber requisição de titular de dados pessoais, a quem caberá responder a solicitação do requisitante, uma vez que na condição de OPERADOR a CONTRATADA deve-se abster de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas do TCMGO ou conforme exigido pela Lei Federal nº 13.709/2018 e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

**13.6.** A CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado de Dados do TCMGO, através do canal de Ouvidoria deste Tribunal, mediante o preenchimento de formulário específico do Sistema Ouvidoria TCMGO, disponível no sítio eletrônico do TCMGO, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

**13.7.** A CONTRATADA notificará imediatamente ao Encarregado de Dados do TCMGO sobre: a) qualquer solicitação juridicamente vinculativa de divulgação de dados pessoais por autoridade fiscalizadora responsável pela aplicação da lei, salvo quando houver lei penal determinando a preservação da confidencialidade de investigação policial; b) qualquer acesso accidental ou não autorizado.

**13.8.** A CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD), a critério do Encarregado de Dados do TCMGO e conforme a sensibilidade dos dados tratados e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato.

**13.9.** Encerrada a vigência do contrato, ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em

no máximo 30 (trinta dias), eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), utilizando-se de técnicas de eliminação segura de dados, salvo quando exista obrigação legal para sua manutenção, ou para cumprimento de alguma outra hipótese prevista na Lei Federal nº 13.709/2018.

**13.10.** Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da Lei Federal nº 13.709/2018.

**13.11.** As partes declaram conhecimento da Lei Federal nº 13.709/2018 e comprometem-se em preservar confidenciais as informações e proteger os dados pessoais e sensíveis disponíveis nas ferramentas utilizadas e armazenadas nos sistemas no âmbito TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO**

**14.1.** Fica eleito o foro da comarca de Goiânia para solucionar quaisquer dúvidas decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**15.1.** Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

Goiânia, DIA de MÊS de 2026.

**JOAQUIM ALVES DE CASTRO NETO**

Tribunal de Contas dos Municípios

**CONTRATADA**

Página 75 de 77

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00042666.2026.246.0.00000.0000 – 04349/26**

**ANEXO IV**

**MODELO DE PROPOSTA**

NOME DA EMPRESA:
ENDEREÇO:
CNPJ/MF:
INSCRIÇÃO ESTADUAL/MUNICIPAL:
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

Item	Descrição	Quant.	Un.	Valor Unitário	Valor Total
VALOR TOTAL					R\$ XXXXX

- ✓ Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- ✓ Nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação de serviços.
- ✓ Declaramos expressamente que nos sujeitaremos às normas do presente edital, bem como a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações.
- ✓ O prazo de validade da proposta de preços não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data do envio da proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado no Sistema Eletrônico.
- ✓ Caso nos seja adjudicado o objeto da Licitação, comprometemos a assinar o Contrato, no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social:

CNPJ/MF:

Endereço:

Tel./Fax:

CEP:

Cidade:

UF:

Banco:

Agência:

C/C:

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome:

Endereço:

CEP:

Cidade:

UF:

CPF/MF:

Cargo/Função:

RG nº:

Expedido por:

Naturalidade:

Nacionalidade:

Goiânia, de de 2026.

---

Representante Legal  
(com carimbo da empresa)